

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

EDUARDA CRISTINA SILVA POLONSKI

IMPACTOS DA EDUCAÇÃO FEMINISTA NA FORMAÇÃO CRÍTICA E AUTÔNOMA
DE ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Goiânia-GO
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome completo da autora: Eduarda Cristina Silva Polonski

Título do trabalho: Impactos da Educação Feminista na formação crítica e autônoma de estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Eduarda Cristina Silva Polonski, Usuário Externo**, em 12/02/2025, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yvonelio Nery Ferreira, Professor do Magistério Superior**, em 12/02/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5159907** e o código CRC **07C69A96**.

Referência: Processo nº 23070.059865/2024-30

SEI nº 5159907

EDUARDA CRISTINA SILVA POLONSKI

IMPACTOS DA EDUCAÇÃO FEMINISTA NA FORMAÇÃO CRÍTICA E
AUTÔNOMA DE ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Educação da Universidade Federal de
Goiás como requisito para obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação

Prof. Orientador: Prof. Dr. Yvonélio Nery Ferreira

Goiânia-GO
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Polonski, Eduarda Cristina Silva
Impactos da Educação Feminista na formação crítica e autônoma de
estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental [manuscrito] / Eduarda
Cristina Silva Polonski. - 2024.
XLVII, 47 f.: 2024

Orientador: Prof. Dr. Yvonélio Nery Ferreira
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2024.

1. Educação Feminista. 2. Feminismos. 3. Formação Crítica e Autônoma.

I. Ferreira, Yvonélio Nery, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Impactos da Educação Feminista na formação crítica e autônoma de estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental”, de autoria de Eduarda Cristina Silva Polonski, do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo prof. Dr. Yvonélio Nery Ferreira - orientador (FE/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof. Dr. Renato de Oliveira Dering (FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Yvonelio Nery Ferreira, Professor do Magistério Superior**, em 12/02/2025, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renato De Oliveira Dering, Professor do Magistério Superior-Substituto**, em 12/02/2025, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5159885** e o código CRC **16337A0D**.

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Pedagogia às demais educadoras e educadores que almejam promover uma educação feminista, uma sociedade crítica, emancipada, equânime, justa e democrática.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, uma mulher incrível e corajosa, que sempre me apoiou e me apoia e sempre me proporcionou tudo e com tanto amor. Agradeço também à minha irmã, que sempre me apoiou, e me permite tanto amor. Agradeço às demais mulheres da minha família, que tanto me motivam e me inspiraram a tratar do assunto deste trabalho de conclusão de curso.

Agradeço ao meu professor orientador que, desde o primeiro dia de aula na graduação, contribuiu com tantos ensinamentos e conhecimentos, em prol da formação de pedagogas e pedagogos para além da instituição escola, mas sim para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, respeitosa e digna. Além de ter permitido, ao longo dessa etapa, uma caminhada com tanto respeito, afeto, empatia, paciência, gentileza e reciprocidade.

Agradeço às minhas amigas, que estiveram comigo em toda essa trajetória e com quem tive a oportunidade de compartilhar tantos aprendizados e experiências.

Agradeço aos demais professores da universidade, que, com seus ensinamentos, contribuições para debates e encorajamentos, me permitiram para acreditar e contribuir para a luta por uma educação emancipatória e transformadora, o que faz com que eu me sinta ainda mais privilegiada por fazer parte do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

Por fim, agradeço a todas as demais pessoas que contribuíram para a minha formação, não apenas acadêmica, mas também humana.

*"... o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para progredir. Isso é a educação como prática da liberdade.
(hooks, 2013, p. 273)*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a educação feminista e como sua promoção contribui para a formação crítica e autônoma dos estudantes. A pesquisa adotou uma metodologia bibliográfica de abordagem qualitativa, com base em livros, artigos, sites e legislações. Para o desenvolvimento da pesquisa, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo aborda sobre os feminismos e, para fundamentá-lo, foram utilizados autores como Simone de Beauvoir (1970), Céli Pinto (2010), Vanessa Berner (2017), Djamila Ribeiro (2017), Ana Beatriz dos Anjos (2021), Pierre Bourdieu (2012), Carla Akotirene (2019), Patricia Hill Collins (2022) e outros autores que foram acrescentados ao longo da pesquisa. O segundo capítulo discute a educação feminista e formação crítica e autônoma, com base nas obras de Guacria Louro (2003), Sônia Barrachi (2004), Júlia Campos (2022), Adriano Maslowski e Andressa Martins (2023), Daniel Cara (2019), Paulo Freire (1965, 1973, 1996) e bell hooks (2013, 2019). O último capítulo discute a educação feminista no ambiente escolar, com destaque para os estudos de Kelly Sakata e Caroline Viana (2021), Suênia Pinto e Sandra Montenegro (2016), Márcia Silva e Eliane Godinho (2017), Teresa Cristina Rego (1995), Letícia Silva e Leonice Mourad (2022), Joana D'arc Nascimento (2022), além de legislações brasileiras e outros estudiosos que foram fundamentais para o desenvolvimento dos aspectos abordados. Diante disso, torna-se imprescindível compreender a temática, pois diversas populações minorizadas, com ênfase nas mulheres, são acometidas por formas de desigualdade e discriminação. Sendo a educação um instrumento transformador da sociedade, torna-se urgente a adoção de um modelo pautado nos princípios do movimento feminista, a fim de contribuir para o rompimento das violências contra as mulheres. Isso deve ocorrer a partir de uma formação crítica, autônoma e reflexiva, que vise o desenvolvimento de um ensino voltado para a valorização, o protagonismo e a promoção da democracia, da equidade e da justiça dos direitos de todos. Visto que a educação é meio de reprodução e convivência social, ela é essencial para a promoção de um espaço para o respeito mútuo.

Palavras-chave: educação feminista; feminismos; formação crítica e autônoma.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on feminist education and how its promotion contributes to students' critical and autonomous education. The research adopted a bibliographical methodology with a qualitative approach, based on books, articles, websites and legislation. To develop the research, the work was divided into three chapters. The first chapter deals with feminisms and, to substantiate it, authors such Simone de Beauvoir (1970), Céli Pinto (2010), Vanessa Berner (2017), Djamila Ribeiro (2017), Ana Beatriz dos Anjos (2021), Pierre Bourdieu (2012), Carla Akotirene (2019), Patricia Hill Collins (2022) and other authors who were added throughout the research were used. The second chapter discusses feminist education and critical and autonomous training, based on the works of Guacira Louro (2003), Sônia Barrachi (2004), Júlia Campos (2022), Adriano Maslowski and Andressa Martins (2023), Daniel Cara (2019), Paulo Freire (1965, 1973, 1996) and bell hooks (2013, 2019). The last chapter discusses feminist education in the school environment, highlighting studies by Kelly Sakata and Caroline Viana (2021), Suênia Pinto and Sandra Montenegro (2016), Márcia Silva and Eliane Godinho (2017), Teresa Cristina Rego (1995), Letícia Silva and Leonice Mourad (2022), Joana D'arc Nascimento (2022), as well as Brazilian legislation and other scholars who were fundamental to the development of the aspects discussed. In view of this, it is essential to understand the issue, since various minority populations, with an emphasis on women, are affected by forms of inequality and discrimination. As education is an instrument for transforming society, it is urgent to adopt a model based on the principles of the feminist movement, in order to help break down violence against women. This must be based on critical, autonomous and reflective training, aimed at developing teaching that values, plays a leading role in and promotes democracy, equity and justice for all. Since education is a means of social reproduction and coexistence, it is essential to promoting a space for mutual respect.

Keywords: feminist education; feminisms; critical and autonomous education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. FEMINISMOS.....	12
1.1 Retrospectiva histórica dos feminismos e apresentação de suas principais características	12
1.2 Principais teóricas de cada fase do movimento feminista e suas contribuições	15
1.3 Contrapontos: machismo, patriarcado/dominação masculina e heteronormatividade	17
2. EDUCAÇÃO FEMINISTA E FORMAÇÃO CRÍTICA E AUTÔNOMA.....	20
2.1 A educação para mulheres e o feminismo na educação.....	20
2.2 Influência do movimento feminista na educação: Conceitos e princípios da educação feminista.....	24
2.3 Definição e princípios de uma formação crítica e autônoma.....	26
2.4 Relação entre educação feminista e formação crítica e autônoma dos estudantes	28
3. EDUCAÇÃO FEMINISTA NO AMBIENTE ESCOLAR.....	31
3.1 A educação feminista nas escolas: práticas pedagógicas, desafios e oportunidades	31
3.2 Impactos na formação dos estudantes (Evidências de impacto na formação crítica e autônoma)	33
3.3 Estudos de caso e relatos de experiência	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

INTRODUÇÃO

O tema desenvolvido neste Trabalho de Conclusão de Curso é educação feminista abordada na Educação Básica e como ela impacta a formação crítica e autônoma dos estudantes. O objetivo é refletir sobre perspectivas da formação humana que se contraponham aos ideais machistas e patriarcais, possibilitando a promoção de uma educação feminista que valorize, dignifique, respeite e promova a equidade para com as mulheres. É necessário ponderar sobre intervenções que tornem possível, de maneira efetiva, a reflexão acerca de uma educação feminista, com a finalidade de romper com a percepção machista, patriarcal, colonialista e heteronormativa.

A pesquisa desenvolvida teve como base os debates realizados durante as aulas de disciplinas ao longo da graduação em Pedagogia, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), especialmente em matérias como: Fundamentos, Conteúdos e Metodologia das Ciências Humanas; Fundamentos, Conteúdos e Metodologia de Língua Portuguesa; e em reuniões do Gaia – Grupo de Estudos e Pesquisas em Literatura e Direitos Humanos. Diversas questões foram abordadas, principalmente ao trabalharmos com obras literárias como *Ponciá Vicêncio* (2017) e *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2011), ambas de Conceição Evaristo, a partir das quais refletimos e analisamos as diversas formas de violência que atingem as mulheres, em especial as mulheres negras. Essas análises possibilitaram a compreender o quão presente ainda é a perspectiva colonialista, machista, patriarcal e heteronormativa na sociedade e como isso impacta a vida das mulheres, perpetuando desigualdades e violências de gênero. Por isso, é necessário compreendê-las para promover seu combate.

Além disso, a pesquisa parte da problemática em âmbito nacional, visto que, entre 2015 e 2023, mais de 10.650 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, segundo dados do Fórum Nacional de Segurança Pública. Ou seja, em menos de dez anos, mais de dez mil e quinhentas mulheres foram vítimas de crime hediondo. Isso demonstra a urgência de uma educação que valorize a dignidade, o respeito e a equidade para com a mulher, a fim de reduzir outras violências e desigualdades, sobretudo de gênero, rompendo com a perspectiva de subalternidade imposta às mulheres.

Assim, torna-se imprescindível incluir o ensino de uma educação feminista na Educação Básica, pois isso permite promover a criticidade e a autonomia para a formação integral do sujeito, dentro de uma abordagem que busca romper com as desigualdades e estabelecer a equidade democrática para todos.

Em contraposição às perspectivas machista, colonialista e patriarcal que predominam na sociedade brasileira, o problema deste trabalho de conclusão de curso se estabelece da seguinte forma: qual é a importância da promoção de uma educação feminista, crítica e emancipatória para uma pedagogia cada vez mais consolidada na valorização das mulheres e na efetivação da igualdade, equidade e democracia para todos, sobretudo no que diz respeito às discriminações do gênero? Considerando que inúmeras violências são causadas pelo histórico sociocultural do machismo, do patriarcado, da subalternidade e de várias formas de silenciamento impostas às mulheres ao longo da história.

Nesse sentido, o trabalho proposto tem como base uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), estudos de caráter qualitativo visam enfatizar os conhecimentos de determinada área que não podem ser definidos quantitativamente, ou seja, numericamente. Direciona-se às crenças, valores e ações, à natureza do que está sendo proposto, com base nas interpretações do pesquisador. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, fundamenta-se em materiais já produzidos em uma área específica do tema, a partir de obras teóricas como livros, artigos, periódicos, sites e outros, para orientar o trabalho acadêmico. (Brito; Oliveira; Silva, 2021).

Tendo em vista o caráter dessa pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, o objetivo geral foi refletir sobre a importância de uma educação feminista e seus impactos na formação autônoma de estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esse objetivo se desdobra nos seguintes objetivos específicos: discutir os conceitos de machismo, patriarcalismo, demais fenômenos e suas implicações na sociedade; debater sobre discriminações e desigualdades de gênero; destacar algumas figuras femininas relevantes socialmente; refletir, de maneira crítica e autônoma, sobre o papel de uma educação feminista para uma formação integral dos estudantes, a fim de instigar e promover uma pedagogia democrática, crítica e emancipatória.

O TCC foi estruturado em três capítulos para apresentar os pontos relevantes sobre a importância da educação feminista em prol de uma sociedade equânime, justa e democrática. O primeiro capítulo foca nos feminismos. Para isso, foi realizada uma retrospectiva histórica do movimento feminista e suas principais características, com base em teóricos como Vanessa Berner (2017), Simone de Beauvoir (1970) e Céli Pinto (2010). O tópico seguinte trata das principais teóricas e suas contribuições em cada fase do feminismo, como base nas ideias de Djamila Ribeiro (2017), bell hooks (2014) e Ana Beatriz dos Anjos (2021). O último subtítulo discute os fenômenos contribuintes para as desigualdades de gênero. Para abordar o machismo foi utilizado estudos de Isabela Moya (2019), Pierre Bourdieu (2012) para explicar o patriarcado, Luis Felipe Miguel (2014) para conceituar dominação masculina, a

heteronormatividade por Anna Paula Uziel (2014), o conceito de interseccionalidade por Carla Akotirene (2019) e Patricia Hill Collins (2022) e Susana Funck (2014) para abordar sobre o protagonismo feminino.

O segundo capítulo destaca a educação feminista. O primeiro subcapítulo aborda a educação para mulheres e o feminismo na educação, com base nos estudos de Adriano Maslowski e Andressa Martins (2023), Kelly Sakata e Caroline Viana (2021), Sônia Barrachi (2004) e Suênia Pinto e Sandra Montenegro (2016). O tópico seguinte trata da influência do movimento feminista na educação, ao abordar seus conceitos e princípios, com base nos estudos de Guacira Louro (2003) e Júlia Campos (2022). O terceiro subcapítulo define os princípios de uma formação crítica e autônoma, fundamentado em Daniel Cara (2019), Paulo Freire (1965, 1996), bell hooks (2013), Gustavo da Silva e Renato Dering (2020). O quarto e último subcapítulo destaca a relação entre a educação feminista e a formação crítica e autônoma dos estudantes, com base nos autores Paulo Freire (1973), bell hooks (2019) e Cipriano Luckesi (1994).

O último capítulo trata da educação feminista no ambiente escolar. O primeiro tópico aborda a educação feminista nas escolas, destacando as autoras Márcia Silva e Eliane Godinho (2017), Teresa Rego (1995) e Brasil (2024). O segundo tópico discute seus impactos na formação dos estudantes, com base nos estudos de bell hooks (2013, 2019), Daniel Cara (2019), Letícia Silva e Leonice Mourad (2022) e Joana D'arc Nascimento (2022). O último subtítulo da pesquisa ressalta alguns relatos de experiências sobre o tema, com destaque para Márcia da Silva e Elaine Godinho (2017), Suênia Pinto e Sandra Montenegro (2016) e Letícia Silva e Leonice Mourad (2022). Após a explanação dos demais capítulos, o trabalho conclui-se com a apresentação das considerações finais.

1. FEMINISMOS

1.1 Retrospectiva histórica dos feminismos e apresentação de suas principais características

O movimento feminista tem como fundamento o feminismo, ato de caráter político e cultural, cujo princípio é a busca por uma sociedade sem discriminações por gênero, idade, pertencimento cultural ou comunitário ou por desigualdades econômicas. (Berner, 2017, p. 37).

As teorias do feminismo têm se desenvolvido de maneiras diversas de lutas e bandeiras diferentes em cada período histórico, porém, todas as manifestações apresentam propostas para a igualdade, a equidade e a democracia. Assim, é imprescindível compreender esses estágios, para percebermos os progressos desse fenômeno, desde o seu início até os dias atuais.

Em meados do século XVII, as mulheres eram compreendidas como naturalmente inferiores aos homens, em todas as instâncias, seja cultural, intelectual ou socialmente, e isso tinha como princípio, também, a ideologia cristã, visto que para a Igreja Católica, as mulheres eram consideradas como mais frágeis e assim viviam sob tutela de seu pai. Ao se casarem, a responsabilidade tornava-se do marido. Diante dessa perspectiva, no século seguinte, o feminismo já se tornava evidente, pois ao longo de avanços da indústria e da tecnologia, mulheres cultas e privilegiadas deram início às escritas referentes aos direitos das mulheres, como ocorreu na Suécia e fizeram a jornalista Margareta Momma e a poetista Hedvig Nordenflycht. Na Grã-Bretanha, discussões feministas também passaram a ser pertinentes e, com isso, a escritora Mary Astell destacou que Deus havia feito tanto os homens quanto as mulheres, ambos com a mesma racionalidade. Assim, reuniões de mulheres, a partir de 1750, passaram a acontecer, onde elas debatiam numa experiência feminina sobre literatura, comunicação e encorajamento de demais escritoras e pensadoras e isso teve como denominação “salão literário”.

A primeira onda feminista teve início na segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Esse movimento teve a influência dos ideais iluministas e burgueses tanto da Revolução Francesa, cujo lema consistia em “igualdade, liberdade e fraternidade”, quanto de revoluções norte-americanas, em que as mulheres faziam parte das lutas, mas que os direitos eram reservados somente aos homens e cidadãos¹. Nos EUA, Abigail Adams, primeira-dama do segundo presidente do país, reforçou este movimento de recordar e reconhecer a forte

¹ Termo oriundo da Revolução Francesa, século XIX, cujo documento estabelecido da época se dava por Declaração de direitos do homem e do cidadão.

presença feminina em demais momentos da história e, na França, a ativista Olympe de Gouges publicou a Declaração dos direitos das mulheres e da cidadã, em 1791, e, durante o período da Revolução Francesa, em um de seus discursos destacou:

Diga-me quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo? [...] esta Revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do seu destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade (Tomazi, 2007, p. 148).

Este trecho demonstra, então, a luta pelos direitos que ocorriam nessa primeira fase e suas reivindicações advinham de mulheres brancas de classe economicamente favorecida que buscavam a igualdade entre homens e mulheres diante de questões políticas, como o direito ao voto e ao direito de poderem se eleger à cargos; a inserção ao mercado de trabalho e o direito à propriedade privada; além de buscarem pelo direito à educação formal, o direito de ler e escrever; e levantarem debates sobre a submissão diante do casamento.

Já a segunda onda ocorreu em meados da segunda metade do século XX, período entre as décadas de 1960 e 1980, em que as mulheres tinham como reivindicações o princípio da liberdade sexual, dominação do próprio corpo e sobre o processo de reprodução, em 1960. Na década seguinte, no Reino Unido, ocorreu o Movimento pela Libertação Feminina, cuja pauta era a defesa da legalidade do aborto e da utilização de métodos contraceptivos; os implantes hormonais, para evitar a ovulação foi criado em 1980 e as injeções de hormônios, foram constituídas em 1990. Visto que o corpo do sexo feminino já não se torna mais compreendido como somente âmbito da reprodução, mas sim como forma de liberdade.

Além de abordar as temáticas referentes ao corpo enquanto sexualidade e fertilidade, esse segundo momento também teve como debate as discussões sobre gênero e demais pautas que dizem respeito às construções sociais e culturais dos sexos, permeando, então, a distinção entre sexo biológico e o gênero enquanto algo constituído, sendo esse questionamento destacado em 1949, pela primeira vez pela filósofa francesa Simone de Beauvoir (1970) e, com isso, suas reivindicações tinham como fundamento a liberdade e o domínio dos seus próprios corpos e escolhas.

A terceira onda é datada entre as décadas de 1980 e 1990, neste momento o que vem a ser pautado são questões da indústria, ou seja, como o sistema capitalista impõe padrões ao corpo da mulher, noções de comportamento, sexualidade, entre outros temas, passando a abordar temáticas de demais movimentos como o negro e o LGBTQIAPN+. E, a partir da força das mídias sociais, esses movimentos fundamentados nos demais feminismos também tomaram maior proporção para as lutas.

O atual momento em que vivemos abarca a quarta onda. Nesse período, são abordadas as noções de gênero, visto que as perspectivas de feminino e masculino são construções sociais e culturais e, diante disso, o movimento feminista contemporâneo traz consigo ideais de ruptura de dessa naturalização de identidades e demais comportamentos e estruturas vinculadas ao fator biológico, o sexo. Essa fase atual do feminismo também é marcada pelo ciberespaço, visto que os ambientes das redes sociais contribuem para a promoção de demais correntes de maneira rápida e com alcance maior:

O espaço da internet faz permissível aos movimentos sociais a continuidade de suas ações coletivas para além das ruas, proporcionando perenidade e amplitude de divulgação de seus ideais. Contudo uma observação faz-se contundente. O movimento social necessita pautar-se em abordagens teóricas livres dos ornamentos do sistema pelos quais este contrariamente luta. À título de elucidação: caberia ao movimento social feminista embasar-se em um corpo teórico, cultural e político opositor ao sistema patriarcal instituído (Rocha, 2017, p. 56 apud Sakata; Viana, 2021, p. 59).

Nesse sentido, ao compreender as ondas do feminismo de maneira ampla, torna-se também relevante compreender as demais etapas do movimento feminista no Brasil.

A primeira onda do feminismo no Brasil, ocorreu em meados da década de 1910, cujo movimento sufragista teve como pioneira a cientista e bióloga Bertha Lutz que, ao estudar fora do país, trouxe para o Brasil essas ideias e iniciou a luta pelo direito ao voto feminino e foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Sabe-se que o voto das mulheres somente foi promulgado vinte e dois anos depois com o Novo Código Eleitoral. Nesta fase inicial, um momento marcante ocorreu em 1917, com a União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, que reivindicavam as condições de trabalho das mulheres nas indústrias, assim destacaram: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (Pinto, 2010, p. 35).

Esse trecho demonstra um relato de como as mulheres viviam em condições precárias de trabalho e salários inferiores nas indústrias, em meados de 1930. Durante essa década, o movimento feminista no Brasil e em demais áreas do globo deixou de ter tanta intensidade e, somente em 1960, voltou a ter de fato questões de debate, sobretudo fundamentados nos estudos da filósofa francesa Simone de Beauvoir.

O período de 1970, auge de revoluções em que o país vivia o cenário de regime militar, foi marcado por diversos debates feministas que se referiam ao papel e ao comportamento das mulheres na sociedade e, na década seguinte, os manifestos de base feminista tinham como pauta diversas temáticas que envolviam a luta pelos direitos das mulheres, a partir de debates relacionados a violências, sexualidade, saúde, maternidade e igualdade sobre o casamento.

Feitos importantes foram conquistados, como em 1985, a Delegacia de Defesa da Mulher foi criada em São Paulo, a primeira no mundo especializada no atendimento a mulheres; em 1988, a Constituição Federal passa a reconhecer os mesmos direitos e deveres tanto para as mulheres quanto para os homens; no ano de 2006, ocorre a promulgação da Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que assegura a proteção às vítimas de violência doméstica. Esses destaques ressaltam os avanços do Brasil em relação aos direitos das mulheres, frutos de lutas do movimento feminista.

A partir de cada período do movimento feminista, de meados do século XIX até a contemporaneidade, diversas lutas e conquistas foram ocasionadas diante de reivindicações de direitos às populações de mulheres e demais sujeitos do feminismo, e essas questões abordadas em cada momento permitiu também que importantes teóricas desempenhassem papéis de suma importância para o desenvolvimento de estudos e progressos ao movimento.

1.2 Principais teóricas de cada fase do movimento feminista e suas contribuições

A partir das ondas do movimento feminista decorrentes de diferentes períodos da história, é possível destacarmos algumas importantes figuras para as lutas do feminismo.

A primeira onda do movimento feminista contou com a participação de mulheres brancas e de classe social economicamente favorecida, ou seja, as reivindicações ocasionadas nessa fase tinham como público-alvo somente um único grupo específico, e não as realidades de mulheres negras e demais populações, como ressalta a filósofa Djamila Ribeiro (2017).

Em virtude do movimento primeiro do feminismo abarcar somente um único grupo, o de mulheres brancas e de classe social e economicamente privilegiada, a autora bell hooks em sua obra *Não sou eu uma mulher?: Mulheres negras e feminismo* (2014) destaca fortemente essa concepção excludente que ocorreu durante a primeira onda do feminismo:

Ao contrário de nós, as mulheres americanas negras do século XIX estavam conscientes do facto que a verdadeira liberdade implicava não apenas a libertação da ordem social sexista que sistematicamente negava a todas as mulheres todos os direitos humanos. Essas mulheres negras participaram em ambas as lutas pela igualdade racial e pelo movimento dos direitos das mulheres. Quando se levantou a questão se a participação ou não das mulheres nos movimentos dos direitos das mulheres seria em detrimento pela luta pela igualdade racial, elas argumentaram que qualquer avanço no estatuto social das mulheres negras iria beneficiar todo o povo negro... (hooks, 2014, p. 05).

Acerca dessa mesma questão, bell hooks continua:

Assim que se instalou o conflito do século XIX sobre o sufrágio dos homens negros versus o sufrágio das mulheres colocou-se as mulheres negras numa difícil posição, as mulheres contemporâneas negras sentiram que lhes foi pedido que escolhessem

entre o movimento negro que em primeiro lugar são interesses patriarcais dos homens negros e o movimento de mulheres que em primeiro lugar serve os interesses das mulheres brancas racistas. A sua resposta foi não exigir a mudança nestes dois movimentos e reconhecer os interesses das mulheres negras. Apesar da grande maioria das mulheres negras se aliarem ao patriarcado negro elas acreditavam em poder proteger os seus interesses. Poucas mulheres negras escolheram em aliarem-se ao movimento feminista. As que se atreveram a falar em público apoiando os direitos das mulheres foram atacadas e criticadas. Outras mulheres negras encontraram-se no limbo, não querendo aliarem-se aos homens negros sexistas nem às mulheres brancas racistas (hooks, 2014, p. 10).

A partir dos seguintes destaques, podemos perceber o quão excludente e segregacionista a fase inicial do movimento feminista foi, sobretudo com mulheres negras, e essas lutas e conquistas começaram a ocorrer de fato a partir da segunda onda, porém ainda vem sendo fortemente desenvolvidas durante a onda atual feminista.

A liberdade sexual, a questão da reprodução e o domínio dos próprios corpos foram as principais discussões da segunda fase do feminismo. Embora datada de meados da década de 1960, essas reivindicações tiveram, de fato, início cerca de cinquenta anos antes, com a enfermeira obstétrica estadunidense Margaret Sanger. Sendo a sexta filha de onze irmãos, ao ver a mãe ter mais de dezoito gestações e, ao pensar sobre essas realidades, sobretudo acometidas às populações de poder socioeconômico menor, foi uma das pioneiras a discutir sobre o controle de natalidade, o que a levou a fundar, em 1916, a clínica de controle de natalidade e, em 1921, criou a Liga Americana de Controle de Natalidade.

Além de promover debates referentes à reprodução, ainda sobre o controle e domínio dos corpos, a segunda fase também estava relacionada aos padrões impostos pela indústria, para o corpo dado como ideal, os comportamentos, vestimentas e atitudes até então compreendidas como o que se espera especificamente de uma mulher, enquanto também gênero feminino, podemos destacar a obra *O mito da beleza*, da autora estadunidense Naomi Wolf, publicado em 1992, ao abordar como essas perspectivas se fazem contra as mulheres. (Anjos, 2021)

Diante das discussões levantadas, referentes a questões de gênero, podemos evidenciar, Simone de Beauvoir, que em sua obra *O Segundo Sexo* (1970), discute a ideia de que não se nasce mulher, mas sim se torna mulher, ou seja, ser mulher e a feminilidade são construções sociais e culturais, visto que a mulher é compreendida como o outro, objeto, sexo secundário, enquanto o homem é o referencial, sujeito e absoluto.

E a partir da terceira fase do movimento feminista, em meados da década de 1990, Judith Butler (1990), desenvolveu ideias referentes ao gênero, destacando que ele se constitui diante as expectativas da cultura, o que promove a identidade de gênero e escreve textos também diante do movimento LGBTQIAPN+ e da teoria queer. Joan Scott (1995), ressalta a noção de feminino e masculino enquanto relações de poder que promovem a homogeneidade dos gêneros

e Gayle Rubin (1993), destaca a ideia das mulheres como forma de produtos, a partir de comercializações, trocas e vendas, discutindo sobre a relação entre a mulher e o trabalho doméstico, além de abordar a sexualidade enquanto libertadora. Com isso, promoveram estudos sobre o gênero enquanto uma formação social, cultural e histórica e como isso é moldado e imposto a partir da constituição anatômica e genética do corpo humano. E, outra referência do movimento feminista atual destaca-se Teresa de Lauretis (1987), que, em consonância com as ideias teóricas de Butler, salienta o conceito de sujeito do feminismo e não mais somente como mulher. Assim, torna-se o movimento de fato, cada vez mais plural, democrático e equânime a todos. (Anjos, 2021)

Para compreendermos variados aspectos do movimento feminista, sua devida relevância, conquistas e desenvolvimentos, além de conhecer seu histórico e as teóricas relevantes em cada uma das ondas, devemos ter conhecimento de fenômenos como o machismo, o patriarcado e a heteronormatividade, ou seja, aquilo que promove a idealização, a construção identitária da mulher e dos demais sujeitos do feminismo como subalternizados, minorizados e enquanto objetos a partir de do estabelecimento das demais relações de poder. Assim, o feminismo e a educação feminista tornam-se imprescindíveis para que sejam ferramentas diante da luta dessa desconstrução de demais paradigmas, formas de violência e silenciamentos acometidos e, com isso, poder promover uma sociedade mais equânime, democrática e que tenha direitos, deveres e princípios para todos os indivíduos.

1.3 Contrapontos: machismo, patriarcado/dominação masculina e heteronormatividade

Para a compreensão da importância de se estabelecer uma educação feminista, deve-se conhecer os fenômenos que fazem com que a luta do feminismo ocorra, a saber, o machismo, o patriarcado e a heteronormatividade, visto que diante dessas perspectivas que demais formas de preconceitos, violências e silenciamentos são acometidas às populações minorizadas, sobretudo às mulheres.

O machismo pode ser definido como crenças que negam a igualdade de direitos e tem o gênero masculino favorecido, ou seja, homens e mulheres devem ter papéis distintos na sociedade (Moya, 2019).

A autora Isabela Moya (2019), destaca sobre o pensamento oriundo do machismo:

O pensamento machista é cultural e inerente aos diversos aspectos de uma sociedade, como a economia, a política, a religião, a família, a mídia, as artes, etc...Tendo sido normalizado por muito tempo, há apenas algumas décadas esse comportamento é problematizado, especialmente pelos movimentos feministas, que lutam pela

igualdade de gênero, isto é, pela extinção da cultura machista nos diversos âmbitos da sociedade. Mas não é todo mundo que concorda que o machismo deve ser combatido, o que faz com que, apesar dos esforços feministas, ele ainda esteja presente em tantos ambientes (Moya, 2019, n.p.).

Diante desse trecho, podemos perceber que essa perspectiva enraizada na sociedade, ainda acarreta variadas situações que promovem ações e discursos fundamentados em desigualdades de gênero, mesmo que os movimentos pautados na linha de pensamento feministas tenham promovido diversos avanços e conquistas no decorrer de cada uma das fases e as demais discussões tornam-se cada vez mais frequentes e pertinentes.

Outro fator que deve ser pontuado é o patriarcado, ideologia essa que define a figura masculina como soberana sobre as mulheres, os adultos sobre as crianças e na identificação da moralidade com a força, da coragem com o domínio do corpo, lugar de tentações e de desejos (Bourdieu, 2012, p. 105).

O filósofo francês Pierre Bourdieu também se utiliza da nomenclatura dominação masculina para se referir ao sistema patriarcal na sociedade contemporânea. Com isso, a partir dessas ideias o autor Luis Felipe Miguel (2014) define esse fenômeno:

O uso do termo “patriarcado” é controverso dentro da própria teoria feminista. Para algumas autoras, trata-se do conceito capaz de “capturar a profundidade, penetração ampla (*pervasiveness*) e interconectividade dos diferentes aspectos da subordinação das mulheres”... Os arranjos matrimoniais contemporâneos também não se ajustam ao figurino do patriarcado, sendo mais entendidos como uma “parceria desigual”, marcada pela vulnerabilidade maior das mulheres. Em suma, instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece. Parte importante dessa transformação é a substituição de relações de subordinação direta de uma mulher a um homem, próprias do patriarcado histórico, por estruturas impessoais de atribuição de vantagens e oportunidades. Falar em dominação masculina, portanto, seria mais correto e alcançaria um fenômeno mais geral que o patriarcado (Miguel, 2014, p. 18).

Diante dessa explicação sobre o termo dominação masculina, podemos perceber que esse é o sistema que permeia e é permeado a partir do patriarcado. Visto que o patriarcalismo é um movimento cujo homem é provedor e responsável pela família, pelo poder e demais questões referentes às decisões em diversos âmbitos sócio-culturais, ou seja, é a figura masculina que detém o domínio. Com isso, entre os séculos XVI e XIX, ocorreu o processo de colonização em diferentes territórios que se deu pelo fato de os colonizadores, sobretudo europeus – homem, branco, cristão, de classe socioeconômica favorecida, heteronormativo e patriarca – que impunham suas culturas, costumes e tradições para a dominação. Ou seja, as populações contrárias a esse modelo eram compreendidas como não civilizadas e deveriam seguir essa perspectiva para, então, estarem de acordo com aquilo estabelecido como universal a ser seguido. Assim, percebe-se que a perspectiva colonialista, de invasão e diversas formas de violência, foi fundamentada no princípio da dominação masculina (Miguel, 2014).

Compreender a noção do patriarcalismo enquanto denominação nos permite perceber que, na sociedade contemporânea, essa perspectiva torna-se defasada, sobretudo devido aos amplos núcleos familiares existentes, que não mais se configuram como ciclos compostos por homens que devem, ou não, determinar e conduzir as relações familiares. Entretanto, sabe-se que esse fenômeno ainda persiste, e esse ideal continua a fomentar estigmas em relação aos gêneros, desigualdades e violências contra as mulheres. A subalternização das mulheres ocorre em função da dominação masculina predominante, o que resulta em um menor acesso a situações relacionadas ao poder e bens materiais. Isso as torna sujeitas a violências e humilhações (Miguel, 2014), um tema que deve ser debatido.

Além das questões já mencionadas, outra perspectiva que faz com que o movimento feminista busque a igualdade, equidade e democracia nas lutas pelos direitos das mulheres é a heteronormatividade, ou seja, a noção de a legitimidade dos corpos somente faz-se adquirida e são considerados plenamente humanos diante do modelo heterossexual (Uziel, 2014) e sujeitos cujas relações são homoafetivas, essas tornam-se desconsideradas.

Assim, tendo a interseccionalidade, conceito constituído pelo feminismo negro (Akotirene, 2019), como o conjunto de formas de diminuir as assimetrias e as opressões por meio da visibilidade e da heterogeneidade das desigualdades como de sexo, raça, classe social e orientação sexual (Berner, 2017), deve-se pensar a violência contra mulheres, através de uma lente interseccional, ou seja, o desenvolvimento para a criação de formas de políticas transversais (Collins, 2022) para combatê-las e discuti-las.

Tendo em vista a compreensão dos demais conceitos, torna-se imprescindível a constituição de uma educação feminista para a Educação Básica, para que seja possível promover debates, desde as primeiras séries, sobre equidade, democracia, respeito e justiça para todas as pessoas e valorização das mulheres, visto que, assim, as histórias e demais narrativas de cunho de inferioridade de figuras femininas possam ser rompidas e, com isso, possam ser demonstradas de forma diversificada como as protagonistas que sempre foram e continuam sendo (Funck, 2014). Essa educação deve ser construída, então, visando a formação integral do sujeito, de maneira crítica para a liberdade (hooks, 2013, p. 25) e autônoma, ou seja, como afirma Freire (1996), um ensino baseado no respeito, na ética e autonomia do educando.

2. EDUCAÇÃO FEMINISTA E FORMAÇÃO CRÍTICA E AUTÔNOMA

2.1 A educação para mulheres e o feminismo na educação

O direito à educação para as mulheres foi garantido a partir das lutas do movimento feminista. Entretanto, o processo de escolarização, iniciado em meados do século XIX, foi pautado pela perspectiva patriarcal e machista. No início, o ensino proposto para as mulheres tinha como objetivo o cuidado da família, da casa e das demais tarefas domésticas, ou seja, estava fundamentado nas noções do que se considerava específico para cada gênero.

Durante o período imperial no Brasil, houve uma legislação que determinava o currículo educacional para meninos e meninas, conforme o seguinte:

Desde o decreto de 15 de Outubro de 1827, o governo imperial havia estabelecido um currículo não profissionalizante para a educação feminina, voltado para a formação de donas-de-casa, compostas das seguintes disciplinas: leitura, escrita, doutrina católica e prendas domésticas. Porém, se o Estado instituiu um currículo para a educação feminina, e outro mais completo para a educação masculina, não possibilitou, ao mesmo tempo, as condições práticas para a execução desses currículos, ou seja, não criou as escolas (MANOEL, 1996, p. 23 apud Maslowski; Martins, 2023, p. 27961)

Nesse contexto, é possível perceber a predominância de doutrinas católicas, uma vez que os conteúdos estabelecidos estavam ligados às noções de subalternidade, tanto pela figura masculina quanto pelos afazeres do lar e da família, além de serem de caráter religioso. Esse modelo de educação se dava somente para as classes socioeconomicamente favorecidas e ocorria de forma informal ou em instituições como conventos (Maslowski; Martins, 2023).

Diante dessa perspectiva de currículos distintos, as autoras Kelly Sakata e Caroline Viana, no artigo *Nísia Floresta: Uma história de educação e feminismo* (2021), destacam que as meninas tinham apenas contato com conhecimentos mecanizados, enquanto os meninos, em seu processo de ensino e aprendizagem, tinham acesso à leitura, a escrita e matemática – conteúdos que ampliavam as noções de mundo.

Esse período da história da educação feminina no Brasil é marcado por concepções machistas, que viam as mulheres como intelectualmente inferiores, limitadas ao papel de provedoras do lar e da família. Contudo, podemos destacar a ativista Nísia Floresta como uma das pioneiras que confrontou essas concepções.

A educadora potiguar Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida pelo pseudônimo Nísia Floresta, nasceu em 1810 na cidade que, a partir da década de 1940, passou a levar seu nome. Proveniente de uma família privilegiada, cujos posicionamentos reivindicavam os interesses de

Portugal ao Brasil, Nísia obteve experiências diversas que a tornaram uma das figuras mais relevantes na luta pelos direitos das mulheres, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação.

Em 1831, ao trabalhar no *Jornal Espelho das Brasileiras*, ela traduziu a obra *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, publicada em 1795 pela filósofa inglesa Mary Wollstonecraft. A partir disso, ela compreendeu o direito à educação como fenômeno social que possibilita mudanças (Sakata; Viana, 2021).

Diante dessa visão sobre a educação, em 1835, no Rio de Janeiro, Nísia Floresta fundou o Colégio Augusto, uma instituição precursora, pois colocava em pauta discussões sobre igualdade e equidade:

Considerado polêmico, o Colégio inovava ao introduzir o estudo de línguas vivas e conhecimentos gerais, pois até então, na grande maioria dos institutos de educação femininos, predominava a *educação da agulha* voltada para o ensino de prendas domésticas, noções rudimentares de matemática e o ensino superficial de português. E incentivar a prática da Educação Física, condenar o uso do espartilho e limitar o número de alunas por turma, como forma de garantir a qualidade do ensino. Nota-se neste item a preocupação e visão precursora de Nísia (Almeida; Dias, 2009. p. 19 apud Sakata; Viana, 2021, p. 64)

Embora a autora também abordasse temáticas sobre a maternidade e o casamento, suas ideias foram fundamentais para influenciar o movimento feminista na educação. Nísia propunha um currículo único, voltado para que todos os sujeitos tivessem acesso ao conhecimento, para além do ideal gênero feminino, promovendo a mudança e a democratização do direito à educação. Assim, a instituição contribuiu por 17 anos e foi agraciada com inúmeras titulações (Sakata; Viana, 2021).

A educação no período da República no Brasil, a partir de 1890, visava reduzir as taxas de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, e desenvolver um ensino voltado para o trabalho. Assim, a educação deixou de ser responsabilidade da Igreja e passou a ser tarefa do Estado, adotando um caráter de laico:

Nessa perspectiva a rede pública da escola pública da escola primária mista foi impulsionada permitindo ao público feminino as salas de aulas sob uma nova realidade que não fosse o sistema religioso, assim a educação primária e secundária passou a ser responsabilidade dos Estados que passaram a tratar o analfabetismo como algo que deveria ser combatido... Apesar de oferecer vagas igualitárias que poderiam constituir um âmbito escolar de classes mistas, essa era permitida somente para o Jardim de infância, para crianças entre 4 e 6 anos. Na Escola Normal as turmas eram divididas entre femininas e masculinas e a base curricular seguia de forma comum. Seus conteúdos também se diferenciavam entre os gêneros. Para os homens era ofertado conteúdos como Exercícios Militares, Escrituração Mercantil e Economia Política que buscava ensiná-los sobre juros, medidas de salários, impostos e lucros, já para as mulheres os conteúdos eram Prendas para as moças e Economia Doméstica que buscava ensiná-las as variedades de alimentos, organização da cozinha, cuidados e métodos de limpeza. (Maslowski; Martins, 2023, p. 27963-27964)

Esse trecho evidencia a perspectiva machista e patriarcal dos currículos da educação formal, em que, embora as instituições de ensino fossem laicas, os conceitos se mantiveram alinhados aos ideais religiosos. A autora Sônia Barrachi, em seu texto *Feminismo e Educação: Um desafio do passado ou uma questão repensada* (2004), aborda o machismo presente na Escola Normal e sua permanência na sociedade:

As primeiras escolas normais brasileiras foram estabelecidas, por iniciativa das Províncias, logo após o Ato Adicional de 12/08/1834” (TANURI. 1979 p. 14). Mas, só no final do Império, é que a Escola Normal se transformou num espaço predominantemente feminino, embora ainda não fosse permitido à mulher estudos de nível superior. Em São Paulo, a mulher teve acesso real à Escola Normal em 1875 e, só a partir de 1880, começou a feminização de frequência da Escola Normal. São várias as razões desse fato: uma delas é o tipo de pensamento dominante do final do século XIX, quando teóricos positivistas diziam que a mulher está ligada à maternidade, tem mais jeito para lidar com criança, habilidade, paciência, e que as diferenças de sexo, caráter, temperamento, tipo de raciocínio seriam capazes de socializar a criança. A boa professora é reconhecida como uma segunda mãe dos seus alunos, daí a frase elogiosa: “ela não é uma professora, é uma mãe para os alunos.” (Barrachi, 2004, p. 177)

[...]

... o homem continua a dirigir e organizar o ensino, e as professoras continuam seu trabalho, apesar dos baixos salários, de lutas de classe, das denúncias e opressão. Mas, foram as professoras que levaram e levam em frente o ensino e a aprendizagem, enquanto suas histórias de sucesso são camufladas, por trás do imaginário de que educar é uma vocação, uma missão, um sacerdócio como queriam os positivistas e a Igreja; há muita garra, competência e luta. (Barrachi, 2004, p. 178)

[...]

Muitos problemas presentes ainda hoje estão marcados por relacionamentos de ordem tradicional patriarcal, e há predominância de mulheres na composição do corpo docente. As professoras ao se comportarem como “tias” ou parentes, disponíveis, com tudo o que há de positivo ou negativo, mostram que ainda não foi superado o relacionamento patriarcal na convivência. (Barrachi, 2004, p. 178)

Esses fragmentos nos permitem a reflexão sobre como mulheres são compreendidas dentro de um espaço limitado ao papel de mãe, esposa e outras funções relacionadas ao ambiente doméstico, sobretudo no contexto das profissões referentes ao trabalho docente. Isso destaca a necessidade de discutir questões relacionadas à equidade, democracia e igualdade.

Durante o governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, a educação foi garantida como um direito para todos os cidadãos, de forma mista. No entanto, apesar de vários avanços, a lei de nº 3.200, de abril de 1941, ainda determinava disciplinas direcionadas a cada gênero: os homens deveriam adquirir conhecimentos que os preparassem para serem chefes da família, enquanto as mulheres recebiam ensinamentos sobre casamento, maternidade e cuidados com o lar (Maslowski; Martins, 2023).

Com relação às escolas mistas, Louro (2003) observa que algumas feministas concordam com a ideia de escolas específicas para cada gênero, pois acreditam que estes espaços poderiam proporcionar maior liberdade para as mulheres. Porém, deveriam reconhecer

que essa perspectiva segregadora não é o que promoverá, de fato, a superação dos ideais machistas e patriarcais:

Essas feministas acreditam que em tais escolas as meninas/mulheres teriam mais oportunidades de liderança e de expressão, receberiam — necessariamente — mais atenção das professoras e não seriam antecipadamente rotuladas como mais ou menos capacitadas ou hábeis para determinadas áreas. A ausência dos meninos, na opinião destas estudiosas, diminuiria a tendência de que as meninas se comportassem conforme os estereótipos de seu gênero. Certas feministas radicais, como relata Madeleine Arnot (apud Tyack e Hansot, 1992, p. 286), se posicionaram contra as escolas mistas por acreditarem que "elas são o principal meio de reproduzir as relações patriarcais de dominação"... No entanto, a mesma Madeleine Arnot observa que esta "solução" (de escolas separadas) não responde ao problema de como educar os meninos/homens para a transformação das atuais relações de gênero ou como mudar atitudes masculinas preconceituosas em relação às mulheres (Louro, 2003, p. 111).

Dessa forma, é possível perceber que a dinâmica de instituições separadas pode não contribuir para um ensino equânime e democrático, pois não permite as vivências da sociedade com demais experiências e sujeitos.

A partir da década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases garantiu que as mulheres pudessem ingressar no ensino superior brasileiro. Maslowski e Martins (2023), destacam que esse foi um marco histórico para a luta feminista. Com isso, as autoras Suênia Pinto e Sandra Montenegro no artigo *Pedagogia Feminista: O caso do Programa de Formação Sociopolítica “Cidadania e Direitos das Mulheres”* (2016), destacam:

No início dos anos 1990 multiplicaram-se os espaços de atuação feminista com a criação de Organizações Não Governamentais (ONGs). Com isso, houve um intenso trabalho educativo de formação que viesse a contribuir com a ação política das mulheres numa perspectiva transformadora... (Pinto; Montenegro, 2016, p. 06-07)
[...]

A partir da década de 70, este conceito (gênero) passou a ser utilizado no meio acadêmico como uma tentativa de desvincular as desigualdades entre homens e mulheres de explicações baseadas no sexo biológico. Segundo Scott (1989, p. 21) “Gênero deve ser visto como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas em diferenças percebidas entre os sexos, e como um modo básico de significar relações de poder” (Pinto; Montenegro, 2016, p. 07)

Essas citações nos ajudam a compreender que, à medida em que as mulheres ocupam mais espaços diversos, as discussões sobre as desigualdades de gênero se tornam mais intensas, para assim contribuir com a luta do movimento feminista para romper com as discriminações que geram violências e repressões contra as mulheres (Barrachi, 2004).

Com isso, em 1990 e nos anos 2000, o número de estudantes no ensino superior começou a ser predominado por mulheres, principalmente brancas e de classes socioeconômicas altas:

... as desigualdades de rendimento familiar, “cor/raça”, região e local de residência, bem como geração, afetam mais intensamente a escolaridade de homens e mulheres

no Brasil que as diferenças de sexo, o que faz com que acesso e a progressão na educação das mulheres seja equivalente (mas não idêntica) aos coetâneos masculinos (Rosemberg, 2012, p. 350-351 apud Maslowski; Martins, 2023, p. 27965)

Nesse contexto, torna-se necessário discutir o conceito de interseccionalidade, oriundo do movimento feminista negro (Akotirene, 2019), que trata das múltiplas intersecções de sexo, raça, classe social e orientação sexual (Berner, 2017), o que propõe combater essas questões em suas pluralidades (Collins, 2022).

Tendo em vista o histórico da educação das mulheres no Brasil, é imprescindível destacar a influência do movimento feminista na garantia desse direito e como ele contribui para a construção de um modelo de ensino voltado à autonomia e criticidade dos sujeitos.

2.2 Influência do movimento feminista na educação: Conceitos e princípios da educação feminista

O movimento feminista presente no processo educacional tem como princípio a discussão sobre os fenômenos referentes às lutas contra a desigualdades de gênero, visto que ainda há a predominância somente dos conhecimentos historicamente produzidos e reconhecidos pelos homens (Louro, 2003). Assim, a autora Guacira Lopes Louro (2003), na obra *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*, destaca sobre a pedagogia feminista:

Feministas também fazem parte desta trajetória e, apoiadas/os em distintas matrizes conceituais, ensaiaram uma série de vias para o enfrentamento ou a superação das desigualdades de gênero na Educação (Louro, 2003, p. 110).

[...]

De uma forma muito ampla, talvez se possa dizer que a lógica subjacente a esta proposta se assenta em alguns dualismos "clássicos": competição / cooperação; objetividade / subjetividade; ensino / aprendizagem; hierarquia / igualdade — dualismos em que o primeiro termo representa o modelo androcêntrico de educação e o segundo termo aponta para a concepção feminista (Louro, 2003, p. 112-113).

Diante desses trechos apontados, podemos ressaltar a educação feminista enquanto um modelo para o processo de aprendizagem contrário ao modelo tradicionalista de educação, ou seja, um movimento com fundamento em/para o diálogo, a liberdade, para a cooperatividade, para a democracia e equidade.

A educação feminista também possui, como um dos seus fundamentos, a criticidade diante da relação entre gênero e educação, pois é a partir desse conhecimento que nos é permitido a libertação e a compreensão das demais práticas de estereótipos enquanto sexo masculino e sexo feminino, como resalta a autora Júlia Campos, em seu texto *A pedagogia feminista de bell hooks* (2022):

Neste sentido, problematizar a relação entre gênero e educação é primordial para que haja a formação crítica de sujeitos conscientes de seu papel enquanto cidadã e cidadão (agente político do meio em que vive), buscando a libertação pessoal e coletiva, no enfrentamento ao machismo e sexismo, para ocupar lugares de fala - como a escola, por exemplo, exercendo o empoderamento feminino para acabar com os privilégios, que refletem um sistema patriarcal, o qual destina os homens a ocupações produtivas fora de casa, e as mulheres ao serviço doméstico e à maternidade (Campos, 2022, p. 187).

Além de a pedagogia pautada no movimento feminista buscar romper com essas demais perspectivas machistas, desigualdades de gênero e dentre outras noções de estabelecimento dos papéis que determinado gênero em específico deveria exercer, Campos (2022) destaca as teorias da estadunidense bell hooks sobre essa educação como uma prática pedagógica relacionada ao combate à violência simbólica² e para a emancipação:

...Narramos sobre as contribuições da educação feminista de hooks, seus fundamentos e características, acreditando que sua prática pedagógica vai de encontro à violência simbólica sofrida em salas de aula, buscando a emancipação individual, e posterior - como agente de mudança da prática social, contribuindo para emancipação coletiva, no enfrentamento ao sexismo, à alienação e principalmente à erradicação da ideologia de dominação (Campos, 2022, p. 187).

Diante dessa perspectiva da pedagogia feminista, descrita por bell hooks, como sendo uma ferramenta para além da emancipação individual, mas sim para uma coletividade a fim de romper com essas questões referentes ao sexismo, a teórica estadunidense destaca também que esse modelo de educação deve estar vinculado às demais lutas do movimento, o que inclui a desigualdade de gênero, as reivindicações sobre os próprios corpos, a busca por igualdade de condições de trabalho e a garantia de outros direitos, para assim promover a educação de caráter libertador:

... quando a luta feminista é o alicerce central para a educação feminista, os estudos sobre mulheres e a sala de aula feminista (que pode existir fora dos domínios dos estudos sobre mulheres) podem ser lugares onde a educação é a prática de liberdade, o lugar da pedagogia libertadora (hooks, 2019, p. 116-117, apud Campos, 2022, p. 194).

bell hooks, define também a importância da educação feminista enquanto processo conjunto de diálogo entre alunos e professores para a libertação:

A educação feminista - a sala de aula feminista - é e deveria ser o lugar onde há um senso de luta, onde há um reconhecimento visível da união entre teoria e prática, onde trabalhamos juntos como professores e alunos para superar o distanciamento e a alienação que tanto têm se tornado norma na universidade contemporânea. A pedagogia feminista deveria, sobretudo, envolver os estudantes em um processo de

² O sociólogo francês Pierre Bourdieu conceitua violência simbólica como um fenômeno que ocorre a partir da dominação, especificamente pela adesão que o dominado passa a conceder ao dominante. Diante dessa relação, que é conhecida e reconhecida como padrões e costumes compreendidos como soberanos e únicos, o que a torna natural. Essa forma de enfatizar ideais de poder, por sua vez, promove as desigualdades.

aprendizado que fizesse o mundo “mais real” e não “menos real”. (hooks, 2019, p. 117, apud Campos, 2022, p. 190)

Diante dos aspectos em destaque, é fundamental compreender como a educação feminista e suas discussões podem promover o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, contribuindo para uma formação crítica e autônoma.

Com isso, tendo em vista os princípios e conceitos referentes à educação enquanto feminista, torna-se imprescindível ressaltar a luta para a igualdade de gênero, para o rompimento de demais estereótipos referentes aos gêneros e para a valorização e equidade. Assim, deve-se enfatizar a importância das diferentes correntes feministas para que se possa de fato desenvolver um processo educacional para a democracia, para a emancipação, para o respeito, a partir de um desenvolvimento dialógico e coletivo.

2.3 Definição e princípios de uma formação crítica e autônoma

A educação pode ser compreendida como apropriação da cultura, de tudo o que o ser humano criou e cria para além da natureza (Cara, 2019). Com isso, o autor Daniel Cara, no texto *Contra a barbárie, o direito à educação* (2019), destaca a visão do educador Paulo Freire sobre a educação, afirmando:

Para Paulo Freire, a apropriação da cultura deve ser plena, crítica e reflexiva, sendo parte fundamental da condição humana. Ele dirá que o objetivo da educação é a emancipação das mulheres e dos homens com base no exercício livre e autônomo da leitura do mundo, de forma que cada pessoa tenha condições concretas de construir, com liberdade, a sua própria história (Cara, 2019, p. 04)

Nesse sentido, destacamos a importância de Paulo Freire para o desenvolvimento de um ensino pautado na e para a democracia. Em sua obra *Educação como Prática da Liberdade* (1965), Freire narra a sociedade em um período de transição, quando se dava a mudança do agrário para a urbanização, em meio ao processo de industrialização. A educação, portanto, deveria potencializar essas transformações, de maneira consciente e crítica, para todos.

O processo educacional deve estar fundamentado na relação do homem com o mundo. Além de estar inserido nele, o ser humano se constitui a partir dessa relação, o que o diferencia dos demais animais. Esse processo deve ser crítico e consciente para que o sujeito compreenda seu papel no mundo. Caso a educação seja entendida apenas como o estar no mundo, essa aproximação com o contexto pode se tornar uma forma de domesticação, acomodação e desumanização do sujeito, o tornando objeto. Nesse cenário, há uma “elite” no poder que promove a dominação de uma classe sobre a outra, o que mantém as desigualdades e gera um fenômeno de mutismo e alheamento nas pessoas, tornando-as submissas e inferiores. A

desconsideração das classes populares resulta na massificação, em um movimento elitista que determina o que deve ser imposto aos demais.

Essa perspectiva de massificação, que configura uma estrutura de poder que promove a alienação, é explicada por bell hooks, em sua obra *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (2013), com base nos estudos freireanos. Para hooks, trata-se de um modelo tradicionalista em que o aluno é visto como uma tábula rasa, a ser preenchida com os conteúdos e conceitos fornecidos pelo professor, considerado como detentor de todo o saber:

.... “educação bancária”, a abordagem baseada na noção de que tudo o que os alunos precisam fazer é consumir a informação dada por um professor e ser capazes de memorizá-la e armazená-la (hooks, 2013, p. 26).

Em contraposição a essa concepção de subalternidade e relação de poder, Cara (2019), ressalta que a educação tem como função possibilitar que os estudantes conheçam as culturas, para que possam também transformá-las. Assim, hooks destaca a noção de educação como prática da liberdade, entendida como um modo de ensinar acessível a todos e contrária à percepção de dominação:

A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos (hooks, 2013, p. 25).

[...]

... foi a insistência de Freire na educação como prática da liberdade que me encorajou a criar estratégias para o que ele chamava de “conscientização” em sala de aula. Traduzindo esse termo como consciência e engajamento críticos, entrei nas salas de aula convicta de que tanto eu quanto todos os alunos tínhamos de ser participantes ativos, não consumidores passivos (hooks, 2013, p. 26).

Com essa visão de um modelo de ensino e aprendizagem libertador, surge o desenvolvimento de uma educação para a emancipação, que visa compreender o mundo em que vivemos e transformá-lo, promovendo uma formação crítica. Esse processo é acarretado a partir do diálogo, do compartilhamento de vivências e experiências, tanto dos estudantes quanto dos professores.

Nesse contexto, os autores Gustavo Ribeiro da Silva e Renato de Oliveira Dering, no artigo *Breves reflexões sobre a importância da leitura para a formação de um sujeito crítico* (2020), destacam o papel do professor diante dessa concepção de educação:

Assim, pensando em escola, o docente deve pensar nesses espaços como um ambiente com condições para a aprendizagem (MARTINS, 1988). Logo, um lugar que não diminua ou restrinja os saberes dos sujeitos, mas, pelo contrário, que propicie e potencialize ao ponto de tornar esses aprendizes sujeitos de sua ação no mundo. (Silva; Dering, 2020, p. 77)

A partir dessa reflexão, percebe-se o caráter bilateral dessa conjuntura, em que todos os participantes são beneficiados com suas participações, não se tratando de um sistema em que o indivíduo atua apenas como depósito de conteúdos, memorizar questões sequenciais e não se relacionar com suas diversas realidades.

Diante disso, Paulo Freire, na obra *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (1996), destaca a autonomia como o fenômeno que permite ao sujeito se tornar autônomo. Ou seja, trata-se de proporcionar, a partir da educação enquanto caráter formativo, a própria reflexão crítica para a compreensão do mundo:

... a pedagogia da autonomia nos apresenta elementos constitutivos da compreensão da prática docente enquanto dimensão social da formação humana. Para além da redução ao aspecto estritamente pedagógico e marcado pela natureza política de seu pensamento, Freire, adverte-nos para a necessidade de assumirmos uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização. Para tal o saber-fazer da auto reflexão crítica e o saber-ser da sabedoria exercitados permanentemente, podem nos ajudar a fazer a necessária leitura crítica das verdadeiras causas da degradação humana e da razão de ser do discurso fatalista da globalização. (Freire, 1996, p. 07)

Tendo em vista essa perspectiva, o processo educativo deve ser reflexivo e dialógico, com o objetivo de contribuir para a mudança de pensamento por meio de uma formação crítica. Isso permitirá compreender as realidades e encontrar soluções para os problemas, tanto de forma individual quanto coletiva, estabelecendo um ensino crítico e promovendo o entendimento do mundo por meio da tomada de consciência. Com isso, torna-se essencial compreender a relação entre a educação feminista com a formação crítica e autônoma, com o intuito de garantir a emancipação dos sujeitos.

2.4 Relação entre educação feminista e formação crítica e autônoma dos estudantes

A educação faz-se enquanto ato político. Fundado nessa premissa, o filósofo Paulo Freire destaca, em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1973), a educação como ferramenta, seja para a conformidade ou para a prática da liberdade. Diante do que foi proposto, hooks questiona:

Tivemos de lembrar a todos, várias vezes, que nenhuma educação é politicamente neutra. Mostrando que o professor branco do departamento de literatura inglesa que só fala das obras escritas por “grandes homens brancos” está tomando uma decisão política, tivemos de enfrentar e vencer a vontade avassaladora de muitos presentes de negar a política do racismo, do sexismo, do heterossexismo etc. que determina o que ensinamos e como ensinamos. (hooks, 2013, p. 53)

O fragmento demonstra a educação utilizada para reforçar os ideais como o colonialismo e o machismo, visto que toda forma de ensinar é pautada pelos princípios em que se acredita e que se busca para uma sociedade.

Tendo em vista essa concepção de educar enquanto fenômeno vinculado às demais formas de pensar a sociedade, bell hooks defende a importância da relação dos movimentos sociais com a educação, para promover um ensino crítico, que favoreça a compreensão do mundo e a luta contra as desigualdades e outros mecanismos de dominação. Como ela afirma:

Sem a ação dos movimentos por justiça social, a educação progressista torna-se ainda mais importante, já que ela pode ser o único lugar onde as pessoas podem encontrar apoio para adquirir uma consciência crítica, para assumir qualquer compromisso com o fim da dominação. Os dois movimentos por justiça social com impactos mais transformadores em nossa vida cultural têm sido a luta antirracista e o movimento feminista. (hooks, 2019, p. 08)

hooks destaca, sobretudo, os movimentos antirracista e feminista, pois as mulheres negras são acometidas tanto pelas opressões de gênero quanto pelas questões étnico-raciais. A partir desse pressuposto, a Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB), em 2008, também estabeleceu que as instituições educacionais brasileiras deveriam estar em consonância com o Estado e com os movimentos sociais, com o intuito de promover ações contra as desigualdades e em prol da paz e da democracia (Maslowski; Martins, 2023). Ou seja, para desenvolver o papel transformador da educação, quando usada como ferramenta para o entendimento do mundo e para a criticidade, como o educador Cipriano Carlos Luckesi explica no livro *Filosofia da Educação* (1994).

Com isso, a educação feminista se relaciona com a formação crítica e autônoma, pois se baseia na tomada de consciência crítica e emancipatória, contrastando com as perspectivas tradicionais e bancárias de educação. A professora Guacira Louro destaca:

Sem dúvida essas formulações permitem que se inscrevam as pedagogias feministas na perspectiva das pedagogias emancipatórias, que pretendem a "conscientização", a "libertação", ou a "transformação" dos sujeitos e da sociedade. Se algumas das idéias aqui apontadas lembram as propostas de Paulo Freire isso também não é uma coincidência. Suas críticas à "educação bancária" e sua proposta de uma "educação libertadora" são conhecidas internacionalmente e freqüentemente são referências destacadas nas pedagogias feministas. É claro que, nesse caso, os sujeitos em foco são, primordialmente, as mulheres. As mulheres em sua diversidade, sim, mas de qualquer modo, o olhar é essencialmente dirigido para o gênero feminino. Ainda que apresentem estratégias variadas, é possível perceber, na maioria dessas propostas, a busca de formas de aprendizagem, recursos ou procedimentos de avaliação que colocam em primeiro lugar as mulheres (Louro, 2003, p. 114-115).

Esse trecho em destaque possibilita uma análise dessa relação, uma vez que propõe um formato de ensino e aprendizagem focado na formação crítica e autônoma do sujeito, fundamentado no letramento e na visão crítica de mundo, pautado nos princípios freireanos. Dessa forma, a pedagogia feminista busca estabelecer uma educação voltada para a democracia e a liberdade, com ênfase no gênero feminino.

Nesse sentido, a educação feminista origina-se da educação popular³ e do movimento feminista, visto que essa pedagogia é constituída a partir do diálogo de ambas as correntes (Silva; Godinho, 2017), com o intuito de promover às mulheres a criticidade, a autonomia e transformação da sociedade, a partir de suas próprias vivências. As autoras Suênia Pinto e Sandra Montenegro (2016) apontam o caráter político da educação feminista:

A perspectiva pedagógica do movimento feminista ancora-se nos princípios pedagógicos da educação popular e na teoria feminista. Ao considerar as mulheres como sujeitos autônomos, críticos e reflexivos capazes de promover a transformação da sociedade, a pedagogia feminista parte da própria experiência das mulheres, afirmando o caráter político da educação. Assim, a participação das mulheres nos objetivos, conteúdos, métodos e em todo o processo de ensino aprendizagem denota uma relação pedagógica horizontal e dialógica. (Pinto; Montenegro, 2016, p. 09)

[...]

... papel da prática pedagógica feminista no processo de autonomia e empoderamento das mulheres, indicando entre outros aspectos, ser esta uma perspectiva de educação dialógica e estratégica voltada para a emancipação das mulheres como sujeitos protagonistas na transformação da sociedade. (Pinto; Montenegro, 2016, p. 04)

Os fragmentos em destaque enfatizam a concepção política do modelo de pedagogia em questão, sendo ele constituído pela participação ativa das mulheres nos processos da construção do currículo, mediante a dialogicidade, a criticidade e a reflexão das demais desigualdades. Com isso, a educação torna-se um espaço cada vez mais voltado para o protagonismo e emancipação das mulheres, além de para a democracia e equidade.

Ao compreendermos a relação entre a educação feminista e a formação crítica e autônoma dos estudantes, é essencial uma análise de como essa pedagogia pode ser estabelecida nas instituições de ensino, para que contribua para uma sociedade democrática, equânime, respeitosa, onde todos possam ter autonomia e pensamento crítico.

³ Modelo de educação proposto com e para as classes populares, de acordo com suas realidades.

3. EDUCAÇÃO FEMINISTA NO AMBIENTE ESCOLAR

3.1 A educação feminista nas escolas: práticas pedagógicas, desafios e oportunidades

A Pedagogia Feminista, enquanto relação entre educação e movimentos sociais, se constrói a partir de suas práticas pedagógicas, fundamentadas em suas especificidades. Ou seja, a metodologia, os objetivos e demais recursos a serem utilizados têm como base a emancipação, a liberdade e o pensamento crítico das mulheres (Pinto; Montenegro, 2016).

Diante disso, esse modelo de educação pode ser conduzido por meio de atividades como seminários, cursos, rodas de conversa, oficinas e debates propostos de maneira coletiva, com o intuito de compartilhar vivências e experiências das mulheres. Assim, as estudiosas Silva e Godinho (2017) destacam o papel das educadoras como mediadoras desse processo de rompimento com as ideologias oriundas do patriarcado e do machismo:

... quando falamos em uma proposta de Pedagogia Feminista podemos considerar que esta sintetiza as referências teórico-metodológicas da educação popular e da filosofia feminista, não só pelas características e procedimentos metodológicos, mas também pela conduta e pela postura de educadoras e/ou facilitadoras no processo. Neste projeto educativo também está a necessidade da educadora ou facilitadora perceber-se enquanto mulher, construída em uma ideologia patriarcal, pois estamos falando de mulheres pelas e para mulheres, ressaltando a importância do processo histórico do tornar-se mulher, que rompe com o silenciamento dessas histórias em algum momento invisibilizadas. (Silva; Godinho, 2017, p. 06)

O trecho em questão enfatiza a noção de que a educação com base no feminismo é um movimento feito por mulheres e para mulheres. Sendo assim, é de suma importância que os sujeitos que promovem esse modelo educacional desenvolvam a reflexão sobre a sociedade, arraigada em conceitos oriundos de um sistema patriarcal e machista, ainda permeando formas de silenciamento e alheamento. Essas interseccionalidades dos sujeitos do movimento feminista, que envolvem diversas violências, necessitam de discussões e críticas para o seu combate e transformação.

Outro aspecto a ser destacado nessa relação entre docente e educação feminista é a preocupação com o ato de brincar enquanto determinismos do papel de gênero (Maslowski; Martins, 2023, p. 27971). Como demonstra a professora Teresa Cristina Rego em seu escrito *Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação* (1995), a brincadeira de “faz-de-conta” é o momento em que a criança internaliza regras, valores e modos de agir e pensar do grupo em que está inserida, promovendo ali imitações e representações do mundo adulto pelo qual é permeada.

Com isso, Louro (2003) defende a ideia de que a pedagogia feminista deve estar presente para além do campo formal da educação, refletindo sobre a importância das representatividades e de outras perspectivas para os objetos do brincar:

Os dualismos subjacentes a tais pedagogias já parecem anunciar uma concepção das relações de gênero em que o pólo masculino sempre detém o poder e o feminino é desprovido de poder — daí a necessidade de "fortalecer" ou de "dar poder" às mulheres. (Vale notar que fórmulas, estratégias ou dispositivos com esse propósito transcendem muito o espaço das escolas e universidades, pois além de situações didáticas ou de leituras pró-mulheres, têm sido produzidos jogos, brinquedos, filmes, bonecas que apresentam meninas/mulheres como protagonistas, como poderosas ou, por vezes, dotadas de super-poderes) (Louro, 2003, p. 115).

O seguinte fragmento aborda a relevância da promoção de recursos com a finalidade de promover o empoderamento e romper, cada vez mais, com a lógica que promove discriminações e desigualdades entre os gêneros. Diante das questões relativas às desigualdades de gênero, torna-se imprescindível debater essas temáticas, sobretudo no âmbito da educação. Entretanto, essas discussões se veem boicotadas por questões conservadoras, como citam Maslowski e Martins (2023):

“... o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2013, p. 23) previa "promover a inserção de temas voltados para a igualdade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica". Assim, o tema diversidade, incluindo a de gênero, deveriam fazer parte da educação básica, no entanto, ocorreram muitas oposições de grupos conservadores que trouxeram à tona o debate sobre "ideologia de gênero", que culminou em retrocessos inclusive na retirada da palavra "gênero" da PNE (2014) (Maslowski; Martins, 2023, p. 27969)

Acerca desse debate, Sakata e Viana (2021) acrescentam:

Alinhado à exclusão da temática de gênero está a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017), do qual foram retiradas menções relacionadas a ideologia de gênero e orientação sexual, sendo uma maneira de silenciar a discussão em sala de aula, pois a única menção que se aproxima ao tema é a habilidade "(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra as populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas." (BRASIL, 2017, p. 431) (Sakata; Viana, 2021, p. 68-69)

Esses trechos evidenciam a presença da noção conservadora em temas associados às desigualdades existentes na sociedade, o que possibilita o aumento das formas de violência, visto que a negligência de debater sobre esses temas contribui para a perpetuação de situações acarretadas por uma concepção patriarcal e machista.

Entretanto, os questionamentos a essas perspectivas estão em ascensão. Ao final de 2024, o vice-presidente Geraldo Alckmin sancionou a Lei nº 14.986, que prevê, a partir do ano

seguinte, a inclusão no currículo de todas as instituições de Educação Básica do país, o ensino sobre as mulheres na história, cultura, arte, ciência, economia, política e demais campos sociais:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. (Brasil, 2024, p. 03)

[...]

“Art. 26-B. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, é obrigatória a inclusão de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares.

Parágrafo único. As abordagens a que se refere este artigo devem incluir diversos aspectos da história, da ciência, das artes e da cultura do Brasil e do mundo, a partir das experiências e perspectivas femininas, de forma a resgatar as contribuições, as vivências e as conquistas femininas nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política.” (Brasil, 2024, p. 03)

Tendo em vista as mencionadas manifestações para a implementação da educação feminista nas escolas, a partir das reflexões, do protagonismo e do empoderamento para propagar o combate às desigualdades de gênero, faz-se necessário compreender os impactos dessa pedagogia para a formação crítica e autônoma dos estudantes.

3.2 Impactos na formação dos estudantes (Evidências de impacto na formação crítica e autônoma)

O autor Daniel Cara (2019) destaca que a educação é uma força transformadora da sociedade. Diante dessa percepção, a educadora estadunidense bell hooks (2013) explica:

Quando nós, como educadores, deixamos que nossa pedagogia seja radicalmente transformada pelo reconhecimento da multiculturalidade do mundo, podemos dar aos alunos a educação que eles desejam e merecem. Podemos ensinar de um jeito que transforma a consciência, criando um clima de livre expressão que é a essência de uma educação em artes liberais verdadeiramente libertadora. (hooks, 2013, p. 63)

Nesse trecho, hooks discute a noção dos professores enquanto agentes da e para a transformação. Ao desempenharem uma educação comprometida com as diversidades existentes, estabelecem um processo de ensino e aprendizagem pautado na liberdade, criticidade e democracia. Além disso, hooks (2019), também explica a importância da escola no desenvolvimento do pensamento crítico:

A escola pública é a formação exigida para todos, que tem a tarefa de ensinar os estudantes a ler e escrever e, esperançosamente, a se engajar em alguma forma de pensamento crítico. Todos aqueles que sabem ler e escrever dispõem das ferramentas necessárias para acessar aprendizados superiores, mesmo que esses aprendizados não ocorram em um ambiente universitário. (hooks, 2019, p. 04)

No fragmento em questão, a autora enfatiza o letramento, fenômeno que vai além do processo de leitura e escrita, englobando a compreensão do mundo a partir do pensamento

crítico. Esse movimento é proporcionado pela escola, sobretudo pela escola pública, que tem o dever de garantir e assegurar que os estudantes aprendam a ler e a escrever, capacitando-os a desempenhar outros conhecimentos por meio da criticidade.

Assim, é essencial “levar à sala de aula formas de combate às desigualdades sendo elas socioeconômicas, sexual, étnico-raciais ou de gênero, a fim de obter uma sociedade aberta e igualitária” (Maslowski; Martins, 2023, p. 27969). A educação é, portanto, um dos recursos potencializadores para a mudança da sociedade e seu convívio com as diferenças.

Diante do papel que a educação desempenha, Silva e Mourad (2022) enfatizam a pedagogia feminista como primordial para a formação crítica:

... a educação feminista deve focar na formação de seus educadores e nas ferramentas para a aquisição de habilidades que promovam não apenas o empoderamento e a autoestima, mas também o diálogo, a resolução de conflitos, a tomada de decisões; dessa forma, a formação deve favorecer uma análise constante da linguagem, tendo como foco a reflexividade do educador. (Silva; Mourad, 2022, p. 12)

As estudiosas debatem, nessa citação, o impacto da educação feminista tanto na formação dos professores quanto na dos estudantes. Esse movimento se constrói de maneira coletiva, e é a partir dessas relações que se torna possível o desenvolvimento do pensamento crítico, da emancipação, do empoderamento, o respeito e a liberdade de todos os envolvidos nesse processo dialógico.

Tendo em vista o combate às desigualdades e a luta pela equidade e igualdade para todos, a professora Joana D’arc Nascimento, em seu trabalho *A importância de uma educação feminista nas escolas - A caminho da equidade* (2022), ressalta a importância de se trabalhar os feminismos plurais em busca de uma sociedade equânime e justa diante de todas as populações minorizadas:

... a questão racial, que é muito presente no cotidiano escolar, no trabalho, em vários âmbitos sociais, essa questão, nos remete a englobar diferentes tipos de feminismo, neste caso seria dar importância ao feminismo negro. Não com relação somente à emancipação das mulheres, mas também de qualquer grupo minoritário que tenha passado por um processo de marginalização em sua constituição histórica, a educação é um instrumento de suma importância para desafiar o poder dominante e buscar maneiras de libertação e transgressão do poder que se mantém e domina as funções sociais. (Nascimento, 2022, p. 51)

Além desse aspecto, a autora destaca a importância de abordar em todas as instâncias de ensino e com toda a comunidade escolar, o princípio da educação feminista de combater às discriminações de gênero:

É preciso bem mais que só a vontade de alguns poucos professores trabalharem tal temática dentro da sala de aula, a questão do gênero em si merece e deve ter todo um cuidadoso trabalho envolvendo toda a escola, mas também que possa envolver a

comunidade fora da escola. As crianças e jovens que terão esse contato com questões de gênero, de feminismo, educação sexual vivem uma realidade diferente fora dos muros escolares, desse modo, observa-se a necessidade de um trabalho também além deles para que assim se possa realmente obter êxito no ensinar/aprender. (Nascimento, 2022, p. 53-54)

Ponto que se faz importante pensar a se trabalhar dentro das salas de aula com gênero e quebra de tabus, seria começar desde as séries iniciais, com a não divisão entre meninos e meninas para realizar brincadeira, ou a famosa, meninos contra meninas, meninas de um lado e meninos de outro, tal abordagem só reforça, mesmo que de modo não intencional por parte do educador, a questão da diferença, de que é preciso ter essa separação, fazendo com que as crianças pensem que é necessário se ter coisas de meninos e meninas. Uma vez começado a quebrar essa barreira, as crianças entenderão que não é preciso haver separação, mas que cada um pode e deve agir de modo respeitoso e ser ou brincar do que quiser, com quem quiser, chegando então nos níveis mais avançados de ensino, com um a mentalidade já sem preconceitos. (Nascimento, 2022, p. 54)

Nos fragmentos acima, é possível refletir sobre a urgência em constituir, cada vez mais, uma pedagogia feminista em todas as modalidades de ensino. Desde a primeira infância, é necessário combater as situações de discriminação, contando com toda a comunidade escolar para desenvolver uma sociedade equânime, justa, democrática, emancipatória libertadora e respeitosa para todos.

Assim, é essencial compreender alguns exemplos concretos da educação feminista enquanto ferramenta imprescindível para a transformação e emancipação.

3.3 Estudos de caso e relatos de experiência

Para compreender a educação feminista e seu impacto na formação dos sujeitos em sua concretude, foram analisadas pesquisas desenvolvidas sobre projetos dessa temática. O objetivo foi destacar a importância desse modelo de ensino e aprendizagem para a transformação da sociedade, o desenvolvimento do pensamento crítico e a emancipação de mulheres, a partir de estudos de caso e relatos de experiências.

O texto *A Construção de uma Pedagogia Feminista Latinoamericana na Perspectiva da Educação Popular* (2017), de Márcia Alves da Silva e Eliane Godinho, relata experiências de pesquisa realizadas ao longo de três anos com as mulheres do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul. O projeto teve como objetivo analisar, a partir das concepções feministas, como as participantes, enquanto sujeitos socioculturais, se compreendiam no desenvolvimento das lutas e conquistas das terras. A pesquisa foi conduzida com a metodologia da pesquisa participante, ou seja, com o diálogo das narrativas e o compartilhamento das histórias e vivências de cada uma, destacando-se:

... o que se almeja é promover e fomentar um espaço em que mulheres falem com e para outras mulheres, mas também construindo novas relações entre as mulheres e

entre mulheres e homens a partir do reconhecimento de suas diferenças, assim das relações de poder. (Silva; Godinho, 2017, p. 06)

A pesquisa mencionada promove um ensino pautado na tomada de consciência e no processo autorreflexivo, a partir da pedagogia feminista e popular, onde as participantes interagem entre si para debater questões vinculadas às lutas pelos direitos das mulheres.

O texto *Pedagogia Feminista: O caso do Programa de Formação Sociopolítica “Cidadania e Direitos das Mulheres”* (2016), de Suênia Pinto e Sandra Montenegro, discute os resultados da pesquisa de campo proposta pela Secretaria da Mulher do Recife, com vinte mulheres estudantes do curso de formação Sociopolítica Cidadania e Direitos Humanos das Mulheres, e participantes do Centro da Mulher Metropolitana Júlia Santiago, do bairro de Brasília Teimosa. Entre as vinte participantes da pesquisa, com idades entre 18 e 60 anos, cinco se autodeclararam brancas, enquanto a maioria se identificou como negras ou pardas, com profissões como donas de casa, professoras, pescadoras, estudantes, artesãs, marisqueiras, educadora social e serviços gerais. As autoras destacam a importância atribuída pelo projeto às participações ativas das integrantes do grupo e a relevância de conhecer suas vivências para a promoção do ensino e da aprendizagem:

Na implementação do curso, a parceria com organizações feministas para realização da formação sociopolítica se faz fundamental na medida em que estas possuem larga experiência na temática de gênero. Além disso, o quadro de educadoras é composto por educadoras feministas que conhecem a realidade local das mulheres e utilizam-se de dinâmicas e metodologia participativas e didática apropriadas que facilitam o processo de ensino aprendizagem de acordo com as demandas e especificidades das mulheres. (Pinto; Montenegro, 2016, p. 12)

O projeto teve como objetivo contribuir para o empoderamento e fortalecimento sociopolítico das mulheres, a partir de uma formação político-feminista. Sua metodologia envolveu a observação participante, a aplicação de questionários e estudos de literatura sobre gênero, educação e pedagogia feminista. Diante das experiências vivenciadas no programa, as autoras ressaltam, a partir das falas das participantes, o quão essencial a pedagogia feminista é para a mudança de percepções, ampliação de conhecimentos, respeito, empoderamento e para a luta pelos direitos e equidade, tanto individual quanto coletivamente:

As entrevistadas apontaram... que o curso ofereceu subsídios para que elas possam atuar de forma mais empoderada na defesa dos direitos das mulheres, sendo multiplicadoras de saberes e conhecimentos em suas comunidades... que formações como esta são fundamentais e estratégicas para estimular o protagonismo feminino, na medida em que atualizam e adquirem novos conhecimentos acerca de leis, direitos e outras questões que afetam a vida das mulheres, fortalecendo-as para enfrentar situações de machismo e violência de gênero em suas famílias e comunidades. (Pinto; Montenegro, 2016, p. 14)

[...]

... segundo as entrevistadas, esta formação ao proporcionar uma contextualização sobre o papel da mulher na sociedade e possibilitar a compreensão sobre os mecanismos pelos quais o machismo se perpetua, possibilita uma maior conscientização e mudança de postura no que se refere à luta pelos direitos coletivos das mulheres a fim de desconstruir a cultura machista e patriarcal e promover a equidade de gênero... além de possibilitar o empoderamento, sociopolítico, ensina valores como o amor próprio, a autoestima, a união e o respeito mútuo entre as mulheres. (Pinto; Montenegro, 2016, p. 14)

Esse programa, desenvolvido pelo Centro da Mulher Metropolitana Júlia Santiago, de Recife-PE, exemplifica a educação feminista de fato em sua concreticidade. Trata-se de um conjunto de mulheres lutando em prol das desigualdades de gênero, debatendo outras questões sociais e sendo empoderadas, além de contribuir para a autonomia e emancipação uma das outras.

O artigo *Pedagogia Feminista: Uma Revisão Preliminar* (2022), de Letícia Schaurich da Silva e Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, destaca a utilização de métodos, como oficinas, para promover a pedagogia feminista para mulheres no Rio de Janeiro, com o objetivo de promover a tomada de consciência e o empoderamento. Uma das metodologias desse projeto foi a construção de um cartaz coletivo, desenvolvido a partir das narrativas de vida das integrantes. As situações eram descritas em um papel por uma coordenada do grupo, com o objetivo de fomentar o diálogo e o compartilhamento de vivências. Sobre a experiência de algumas participantes da pesquisa, as autoras ressaltam:

Silva coloca que algumas mulheres avaliaram as oficinas como geradoras de reflexões importantes e que impulsionaram mudanças em suas vidas cotidianas, principalmente no que tange as suas relações familiares e o local ocupado por elas dentro de um sistema de reprodução do capitalismo - se referindo especificamente ao trabalho doméstico desenvolvido por elas... porém, outras mulheres não tiveram o mesmo processo e conforto durante as oficinas, não sentindo um espaço seguro de compartilhamento, ou não compactuando com a *episteme* adotada pelas oficinas, voltadas para uma criação de vínculo com base em características biológicas para a definição do ser mulheres. (Silva; Mourad, 2022, p. 11)

As questões levantadas pelas participantes da oficina demonstram a importância da pedagogia feminista enquanto ação e reflexão cotidianas, ao estabelecer constantemente um ambiente propício ao diálogo, às trocas de experiências e às diversas possibilidades de desenvolver a autonomia, a criticidade e a liberdade.

Os estudos abordam diferentes maneiras de efetivação da pedagogia feminista e, a partir deles, podemos perceber o quão essencial é esse caráter educativo para o processo de ensino e aprendizagem proposto por mulheres e para mulheres. Em um espaço reflexivo e coletivo, promove-se a luta pelos direitos, a autonomia, a representatividade, o pensamento crítico, a liberdade e a emancipação de todos os sujeitos envolvidos, com o objetivo de construir uma sociedade, cada vez mais, equânime, respeitosa, justa e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o sistema do machismo e a persistência da dominação masculina na sociedade, que resulta em diversas formas de violência e silenciamento das mulheres, torna-se imprescindível desenvolver uma educação feminista. Esta educação, pautada em um processo de ensino e aprendizagem crítico e emancipatório, deve buscar promover uma sociedade equânime, justa e democrática.

Com isso, este trabalho de conclusão de curso teve como questão norteadora: qual é a importância da promoção de uma educação feminista, crítica e emancipatória para uma pedagogia cada vez mais consolidada na valorização das mulheres e na efetivação da igualdade, equidade e democracia para todos, sobretudo no que diz respeito às discriminações do gênero? Considerando que inúmeras violências são causadas pelo histórico sociocultural do machismo, do patriarcado, da subalternidade e de várias formas de silenciamento impostas às mulheres ao longo da história, é possível compreender que a educação, enquanto caráter político e transformador da sociedade, deve ser pautada no movimento feminista, com o intuito de combater as desigualdades de gênero e promover a igualdade e a democracia, por meio de uma ação crítica.

A pesquisa teve como objetivo geral refletir sobre a importância da educação feminista e seus impactos na formação autônoma dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ao longo dos capítulos, foi possível compreender a relevância desse tipo de educação no papel de promover a valorização das mulheres, a partir de suas experiências e vivências enquanto sujeitos sociais afetados pelo sistema patriarcal e machista. Esse modelo educacional é essencial para combater as desigualdades de gênero e violências contra as populações subalternizadas.

Tendo em vista a temática em estudo, os primeiros objetivos específicos a serem levantados foram: discutir os conceitos de machismo e patriarcalismo e suas implicações na sociedade, além de debater discriminações e desigualdades de gênero. Para isso, o capítulo inicial abordou os fenômenos sociais oriundos dessa perspectiva de dominação e como eles se manifestam na sociedade, promovendo diversas formas de desigualdades e violências, especialmente contra as mulheres. Nesse contexto, foram destacados estudos de Pierre Bourdieu (2012), Isabela Moya (2019), Carla Akotirene (2019), Patricia Hill Collins (2022) e outros autores, para conceituar esses fenômenos e analisar impactos sociais.

Ao longo do trabalho, foram ressaltadas mulheres de grande importância na luta pelos direitos, como: Simone de Beauvoir, Olympe de Gouges, Judith Butler, bell hooks, Nísia Floresta, Bertha Lutz, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, e Conceição Evaristo, além de abordar a lei nº 14.986/2024, com o objetivo específico de destacar algumas figuras femininas

relevantes socialmente. Para essa fundamentação, as obras dessas figuras, além das autoras Kelly Sakata e Caroline Viana (2014) e Céli Pinto (2010), foram essenciais.

O último objetivo específico foi refletir, de maneira crítica e autônoma, o papel de uma educação feminista para uma formação integral dos estudantes. Isso foi compreendido ao longo de todo o processo de escrita, dado a importância de se estabelecer uma educação voltada para o combate às desigualdades de gênero, para a valorização e o protagonismo das mulheres, por meio de debates e discussões que promovam a criticidade e a emancipação dos sujeitos. Nesse sentido, no último capítulo, foram destacados relatos de experiências de mulheres que vivenciaram a educação feminista, demonstrando a essencialidade desse processo para o desenvolvimento da emancipação e libertação por meio da tomada de consciência crítica. Esses estudos foram baseados em Silva e Godinho (2017), Pinto e Montenegro (2016) e Silva e Mourad (2022).

Diante dos estudos apresentados neste trabalho de conclusão de curso, torna-se evidente a importância dessas discussões. Elas são essenciais para promover um ensino que valorize as mulheres, combata as desigualdades de gênero, e busque a emancipação, o empoderamento, a criticidade e a equidade. Assim, este estudo contribuirá para a formação de professores e professoras que buscam desenvolver uma forma de ensinar baseada na equidade e na democracia e no empoderamento e para a emancipação.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade (Feminismos Plurais)**. São Paulo: Pólen, 2019;
- ANJOS, Ana Beatriz Santos dos. **Representações do feminino em Terra Caída, de José Potyguara, e a Confissão da leoa, de Mia Couto: uma análise comparada e feminista**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de pós-graduação em Letras: Linguagem e identidade, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2021;
- AZEVEDO, Andreia Matias. Educação como redenção, reprodução e transformação. **Revista Educação, Cultura e Sociedade (ECS)**, Sinop/MT, v. 4, n. 2, p. 08-18, jul./dez. 2014;
- BALBINOTTI, Izabele. A Violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, v.25, n. 31, p. 239-264, 2018;
- BARRACHI, Sônia Bernadete Martins. Feminismo e Educação: Um desafio do passado ou uma questão repensada. **Revista Nucleus**, v.2, n.1, p. 175-180, abr./out. 2004;
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970;
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política: Uma Introdução**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014;
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012;
- BRASIL. Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF**, p. 01-251, 26 set. 2024;
- BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Brunna Alves da. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área da educação. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 1-15/2021;
- CAMPOS, Júlia. A Pedagogia Feminista de Bell Hooks. **Revista SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 5, n. 2, p. 185-196, jul./dez. 2022;
- CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação Contra a Barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo, 2019;
- COLLINS, Patricia Hill. **Bem Mais que Ideias: A Interseccionalidade como Teoria Social Crítica**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022;
- COSTA, Cláudia de Lima. Sujeito do feminismo: revisando os debates. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 19, p. 59-90, 2016;
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados** 17 (49), p. 151-172, 2003;
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973;

GÊNERO, SEXUALIDADE E SUBJETIVIDADE: SOBRE O QUE CALAMOS OU FALAMOS POUCO NA PSICOLOGIA. In: Anna Paula Uziel. **Políticas e Fronteiras: Desafios Feministas.** Tubarão: Copiart, 2014;

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade.** 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013;

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher?: Mulheres negras e feminismo.** Tradução livre para a plataforma Gueto: Janeiro, 2014;

HOOKS, Bell. Pedagogia Democrática. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação Contra a Barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** São Paulo: Boitempo, 2019;

JUBÉ, Milene de Oliveira Machado Ramos; CAVALCANTE, Claudia Valente; CASTRO, Claudia Maria Jesus. A violência simbólica para Pierre Bourdieu: A relação com a escola contemporânea. In: Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar, 1., 2016, Mineiros-GO. **Anais [...]** Mineiros: UNIFIMES, 2017. p. 493 - 501;

LINGUAGENS E NARRATIVAS. In: Susana Bornéo Funck. **Linguagens e Narrativas: Desafios Feministas.** Tubarão: Copiart, 2014;

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003;

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 1994;

MASLOWSKI, Adriano André; MARTINS, Andressa Tauane Vieira. Feminismo e Educação: Caminhos e desafios na busca de equidade. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 12, p. 27945-27975, 2023;

MOYA, Isabela. Machismo: você entende mesmo o que significa?. **Politize**, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-machismo/>;

NASCIMENTO, Joana D'Arc de Oliveira. **A importância de uma educação feminista nas escolas - A caminho da equidade.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Espanhol). Centro de Ciências Humanas e Exatas, Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro - PB, 2022;

NOVA lei garante ensino sobre as grandes contribuições de mulheres à humanidade. **Senado Notícias.** Brasília, 26 de set. 2024. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/09/26/nova-lei-garante-ensino-sobre-as-grandes-contribicoes-de-mulheres-a-humanidade> >. Acesso em 27 de jan. 2025;

O livro do Feminismo/ colaboração Hannah McCann ... [et al.] ; tradução Ana Rodrigues. - 1.ed. - Rio de Janeiro : **Globo Livros**, 2019 : il. (As grandes ideias de todos os tempos);

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010;

PINTO, Suênia; MONTENEGRO, Sandra. **Pedagogia Feminista: O Caso de Formação Sociopolítica “Cidadania e Direitos das Mulheres”**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2016;

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995;

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017;

SAKATA, Kelly Letícia da Silva; VIANA, Caroline Cupozak. Nísia Floresta: Uma História de Educação e Feminismo. **Cadernos da Fucamp**, V. 20, N. 47, p. 55-73, 2021;

SILVA, Gustavo Ribeiro da; DERING, Renato de Oliveira. Breves reflexões sobre a importância da leitura para a formação de um sujeito crítico. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.1, p. 75-81, 2020;

SILVA, Joasey Pollyanna Andrade da; CARMO, Valter Moura do; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, Encontro virtual, v. 7, n. 1, p. 101-122, Jan/Jul. 2021;

SILVA, Letícia Schaurich da; MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira. **Pedagogia Feminista: Uma Revisão Preliminar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, 2022;

SILVA, Márcia Alves da; GODINHO, Eliane. **A Construção de uma Pedagogia Feminista Latinoamericana na Perspectiva da Educação Popular**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017;

TEORIAS FEMINISTAS: O DIREITO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL. In: BERNER, Vanessa Oliveira Batista. **Mulher, Sociedade e Vulnerabilidade**. Erechim: Deviant, 2017;

TODECACHO. **Saiba o que é interseccionalidade | Conversas gostosinhas | Ana Paula Xongani**. Youtube, 9 de dez de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4ZT3rQpvvSY&t=212s>;

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio** / Nelson Dacio Tomazi. - 1. ed. - São Paulo : Atual, 2007;

TV UFPB. **Programa Paulo Freire Vivo 4 - Educação como Prática da Liberdade**. Youtube, 12 de set de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NCaCiDIiXGg&t=785s>;

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. Blogs de Ciência na Universidade Estadual de Campinas: **Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021.